

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CAPÍTULO 06



”



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



Belém-Pará 28 de fevereiro de 2019
JOSÉ HAROLDO LOPES DA SILVA
 CRC-PA 3481/O
Contador Responsável do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

BALANÇO PATRIMONIAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - UG: 080003

EM REAIS (R\$)

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		28.437.146	55.772.161	PASSIVO CIRCULANTE		105.505.970	157.094.324
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	27.469.401	54.941.862	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	85.457.784	137.021.905
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	127.052	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	131.593	107.781
Estoques	03	840.693	830.299	Provisões a Curto Prazo	06	19.847.133	19.847.133
				Demais Obrigações a Curto Prazo		69.460	117.506
ATIVO NÃO CIRCULANTE		234.885.693	220.051.515	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.028.669	4.028.669
Ativo Realizável a Longo Prazo		517.772	499.559	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	06	4.028.669	4.028.669
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	02	517.772	499.559	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Imobilizado	04	229.523.537	214.832.166	Provisões a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis		41.279.057	33.215.675	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		109.534.639	161.122.993
Bens Móveis		68.838.808	56.621.154				
(-) Depreciação/Amortiz/Exaust Acum. de Bens Móveis		-27.559.752	-23.405.479	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08		
Bens Imóveis		188.244.480	181.616.492				
Bens Imóveis		192.453.776	183.753.871	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-4.209.296	-2.137.379	Resultados Acumulados		153.788.200	114.700.683
Intangível	05	4.844.384	4.719.790	Resultado do Exercício		44.311.181	668.838
Softwares		4.844.384	4.719.790	Resultados de Exercícios Anteriores		114.700.683	107.117.479
Softwares		5.527.472	4.799.119	Ajustes de Exercícios Anteriores	08	-5.223.665	6.914.367
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-683.089	-79.329	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		153.788.200	114.700.683
TOTAL DO ATIVO		263.322.838	275.823.676	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		263.322.838	275.823.676
QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
ATIVO FINANCEIRO		27.469.401	54.941.862	PASSIVO FINANCEIRO		24.375.805	72.669.453
ATIVO PERMANENTE		235.853.437	220.881.814	PASSIVO PERMANENTE		86.729.119	109.941.956
				SALDO PATRIMONIAL		152.217.914	93.212.267
QUADRO DE COMPENSAÇÕES							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		2018	2017	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		2018	2017
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		3.818.713	4.433.199	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		29.062.229	35.801.773
Execução dos Atos Potenciais Ativos		3.818.713	4.433.199	Execução dos Atos Potenciais Passivos		29.062.229	35.801.773
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		3.818.713	4.433.199	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Direitos Contratuais a Executar		-	-	Obrigações Contratuais a Executar		29.062.229	35.801.773
TOTAL		3.818.713	4.433.199	TOTAL		29.062.229	35.801.773
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL							
DESTINAÇÃO DE RECURSOS				SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
Recursos Ordinários							2.988.535
Recursos Vinculados							105.061
Previdência Social (RPPS)							12.475
Recursos de Receitas Financeiras							-114.987
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas							207.573
TOTAL							3.093.596

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO - UG: 080003

EM REAIS (R\$)

	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		743.109.088	708.528.712
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		14.826.371	16.407.684
Taxas		14.826.371	16.407.684
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		327.991	228.139
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		327.991	228.139
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		32.860	36.129
Juros e Encargos de Mora		11.033	21.225
Variações Monetárias e Cambiais		21.826	14.905
Transferências e Delegações Recebidas	09	684.391.176	646.999.151
Transferências Intragovernamentais		680.016.076	642.776.815
Transferências Intergovernamentais		4.368.637	4.166.472
Outras Transferências e Delegações Recebidas		6.462	55.864
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10	41.221.887	43.889.086
Reavaliação de Ativos		-	41.153.467
Ganhos com Incorporação de Ativos		41.108.695	2.735.619
Ganhos com Desincorporação de Passivos		113.192	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.308.804	968.524
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.308.804	968.524
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		698.797.907	707.859.874
Pessoal e Encargos	11	385.115.749	398.163.872
Remuneração a Pessoal		315.514.266	329.961.866
Encargos Patronais		52.611.931	51.175.498
Benefícios a Pessoal		16.969.880	17.007.023
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		19.672	19.486
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		157.183.105	145.325.566
Aposentadorias e Reformas		125.571.171	115.764.406
Pensões		31.380.621	29.471.371
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		231.313	89.789
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12	60.109.225	51.592.519
Uso de Material de Consumo		1.953.200	1.609.826
Serviços		48.495.896	42.974.363
Depreciação, Amortização e Exaustão		9.660.130	7.008.330
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.169	2.500
Juros e Encargos de Mora		623	129
Variações Monetárias e Cambiais		1.546	1.128
Descontos Financeiros Concedidos		-	1.243
Transferências e Delegações Concedidas		29.905.292	52.438.848
Transferências Intragovernamentais		29.148.767	51.571.699
Outras Transferências e Delegações Concedidas		756.524	867.149
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		58.678.795	52.483.244
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		4.521.996	1.588.886
Perdas Involuntárias		203.277	46.844
Incorporação de Passivos		15.578.877	9.631.599
Desincorporação de Ativos		38.374.646	41.215.915
Tributárias		52.494	36.183
Contribuições		52.494	36.183
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		7.751.078	7.817.142
Premiações		-	7.100
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		7.751.078	7.810.042
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13	44.311.181	668.838

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO - UO: 15 109

EM REAIS (R\$)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	14		4.575.906	4.575.906	4.560.524	-15.382
Receitas Tributárias			-	-	-	-
Receitas de Contribuições			-	-	-	-
Receita Patrimonial			200.390	200.390	172.631	-27.759
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			200.390	200.390	172.631	-27.759
Receitas de Serviços			1.191	1.191	55	-1.136
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			1.191	1.191	55	-1.136
Transferências Correntes			4.368.637	4.368.637	4.368.637	0
Outras Receitas Correntes			5.688	5.688	19.201	13.513
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			5.688	5.688	19.201	13.513
RECEITAS DE CAPITAL			-	-	-	-
Operações de Crédito			-	-	-	-
Alienação de Bens			-	-	-	-
Amortização de Empréstimos			-	-	-	-
Transferências de Capital			-	-	-	-
Outras Receitas de Capital			-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS			4.575.906	4.575.906	4.560.524	-15.382
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			4.575.906	4.575.906	4.560.524	-15.382
DEFICIT	16				607.704.794	607.704.794
TOTAL			4.575.906	4.575.906	612.265.318	607.689.412

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO NA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	15		598.318.566	618.125.74w8	605.402.430	604.654.951	604.620.086	12.723.318
Pessoal e Encargos Sociais			514.401.876	537.259.058	528.018.370	528.017.720	528.017.720	9.240.688
Juros e Encargos da Dívida			-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes			83.916.690	80.866.690	77.384.060	76.637.231	76.602.366	3.482.630
DESPESAS DE CAPITAL	15		6.113.778	9.363.778	6.862.888	6.466.539	6.466.539	2.500.890
Investimentos			6.113.778	9.363.778	6.862.888	6.466.539	6.466.539	2.500.890
Inversões Financeiras			-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida			-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS			-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS			604.432.344	627.489.526	612.265.318	611.121.490	611.086.625	15.224.208
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO			-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			604.432.344	627.489.526	612.265.318	611.121.490	611.086.625	15.224.208
TOTAL			604.432.344	627.489.526	612.265.318	611.121.490	611.086.625	15.224.208

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO - UO: 15109

EM REAIS (R\$)

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.796.634	2.441.546	609.605	609.605	3.531.538	97.037
Pessoal e Encargos Sociais	1.771.673	1.607.861	1.290	1.290	3.345.414	32.831
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	24.961	833.685	608.316	608.316	186.125	64.206
DESPESAS DE CAPITAL	497.625	17.196.405	16.887.847	16.887.847	442.792	363.391
Investimentos	497.625	15.801.405	15.493.248	15.493.248	442.792	362.990
Inversões Financeiras	-	1.395.000	1.394.599	1.394.599	-	401
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.294.259	19.637.952	17.497.452	17.497.452	3.974.331	

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.162.592	69.280	25.390	29.870	6.176.612
Pessoal e Encargos Sociais	6.161.174	3.212	-	13.468	6.150.918
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.418	66.068	25.390	16.402	25.694
DESPESAS DE CAPITAL	-	56.418	56.418	-	-
Investimentos	-	56.418	56.418	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	6.162.592	125.698	81.808	29.870	6.176.612

BALANÇO FINANCEIRO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO - UG: 080003

EM REAIS (R\$)

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias	17	-	-	Despesas Orçamentárias		628.053.641	656.212.532
Ordinárias		-	-	Ordinárias		520.011.259	507.633.602
Vinculadas		-	-	Vinculadas		108.042.383	148.578.931
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)			125.772.796
Recursos de Receitas Financeiras		-	-	Previdência Social (RPPS)		98.232.189	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Recursos de Receitas Financeiras			-
				Operação de Crédito			13.897.220
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		9.810.194	8.908.914
Transferências Financeiras Recebidas	18	640.861.192	642.776.815	Transferências Financeiras Concedidas		17.752.791	18.013.331
Resultantes da Execução Orçamentária		626.658.911	635.460.015	Resultantes da Execução Orçamentária		-	300.000
Sub-repasse Recebido		626.658.911	635.460.015	Sub-repasse Concedido			300.000
Independentes da Execução Orçamentária		14.202.282	7.316.799	Independentes da Execução Orçamentária		17.752.791	17.713.331
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		13.583.445	6.808.200	Movimento de Saldos Patrimoniais		17.752.791	17.713.331
Demais Transferências Recebidas		321.502	253.683	Aporte ao RPPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		297.336	254.916	Aporte ao RGPS		-	-
Aporte ao RPPS		-	-				
Aporte ao RGPS		-	-				
Recebimentos Extraorçamentários		23.215.925	70.185.766	Despesas Extraorçamentárias		45.743.146	8.040.244
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		34.865	125.698	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		81.808	230.668
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.156.669	47.494.281	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		45.339.609	6.846.507
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		312.412	947.085	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		321.729	963.069
Outros Recebimentos Extraorçamentários		21.711.979	21.618.702	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		4.501	480				
Restituições a Pagar		13.000	2.011				
Arrecadação de Outra Unidade		21.694.478	21.616.211				
Saldo do Exercício Anterior		54.941.862	24.245.389	Saldo para o Exercício Seguinte		27.469.401	54.941.862
Caixa e Equivalentes de Caixa		54.941.862	24.245.389	Caixa e Equivalentes de Caixa		27.469.401	54.941.862
TOTAL		719.018.980	737.207.969	TOTAL		719.018.980	737.207.969

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO - UG: 080003

EEM REAIS (R\$)

	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		-162.890	64.522.757
INGRESSOS		662.881.082	665.342.121
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		662.881.082	665.342.121
Ingressos Extraorçamentários		312.412	947.085
Restituições a Pagar		13.000	2.011
Transferências Financeiras Recebidas		640.861.192	642.776.815
Arrecadação de Outra Unidade		21.694.478	21.616.211
DESEMBOLSOS		-663.043.972	-600.819.364
Pessoal e Demais Despesas		-593.232.453	-531.287.378
Judiciário		-392.186.173	-371.223.262
Previdência Social		-162.434.504	-152.366.661
Encargos Especiais		-38.616.278	-7.697.935
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		4.501	480
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-51.736.998	-50.555.587
Intragovernamentais		-51.736.998	-50.555.587
Outros Desembolsos das Operações		-18.074.520	-18.976.399
Dispêndios Extraorçamentários		-321.729	-963.069
Transferências Financeiras Concedidas		-17.752.791	-18.013.331
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-27.309.572	-33.826.283
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-27.309.572	-33.826.283
Aquisição de Ativo Não Circulante		-25.867.726	-30.844.203
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.441.846	-2.982.080
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19	-27.472.461	30.696.474
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		54.941.862	24.245.389
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		27.469.401	54.941.862



BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Justiça do Trabalho (DCJT) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também,

as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público (MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis (DCON) foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações das contas contábeis da unidade 080003 Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, composto pelo 1º e 2º segundo grau de jurisdição, sofre supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), como Órgão Central do Sistema, sendo que suas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111A, Inciso II, da CF.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e

são compostas por:

- (I). Balanço patrimonial (BP);**
- (II). Demonstração das Variações patrimoniais (DVP);**
- (III). Balanço Orçamentário (BO);**
- (IV). Balanço Financeiro (BF);**
- (V). Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e**
- (VI). Notas Explicativas.**

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme Art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Justiça do Trabalho, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

1 MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional da Justiça do Trabalho é o Real.



3 ESTOQUES

Compreende, praticamente, o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos previdenciários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

6 INTANGÍVEL

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na Justiça do Trabalho são os softwares, destinados à manutenção das atividades relacionadas ao processamento de dados. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).



7 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das cotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do TRT da 8ª Região são apuradas pelo Sistema de Controle de Material e Patrimônio (SCMP), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

8 DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$K_D = \frac{N^2 - x^2}{N^2}$$

Kd= Coeficiente de depreciação
n = vida útil
x = idade da benfeitoria no momento da avaliação

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

9 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

10 PROVISÕES

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- (a) **riscos trabalhistas;**
- (b) **riscos fiscais;**
- (c) **riscos cíveis;**
- (d) **repartição de créditos tributários;**
- (e) **provisões matemáticas;**
- (f) **outras.**

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e, é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

11 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.



12 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: **a** patrimonial; **b** orçamentário; e **c** financeiro.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a Justiça do Trabalho e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimo nos benefícios econômicos para a Justiça do Trabalho, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações patrimoniais.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário da Justiça do Trabalho segue o descrito no Art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da Justiça do Trabalho.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

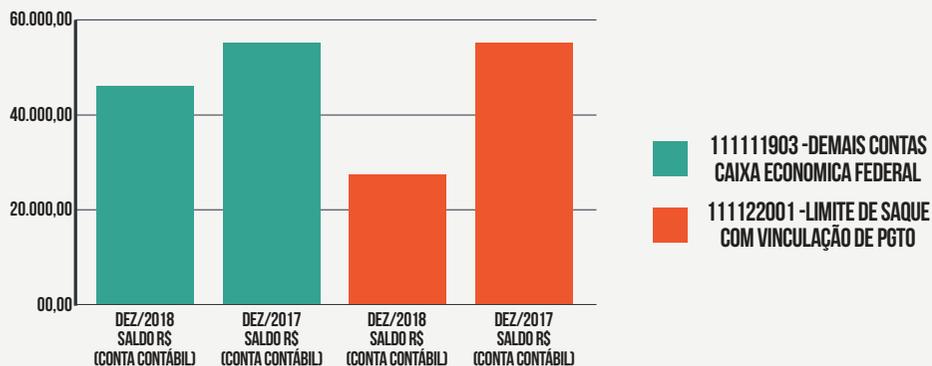
TÍTULOS	Dez/18	Dez/17	AH(%)
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	45	55	-16,92
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	27.424	54.886	-50,04
Total	27.469	54.941	-50

EM MILHARES (R\$)

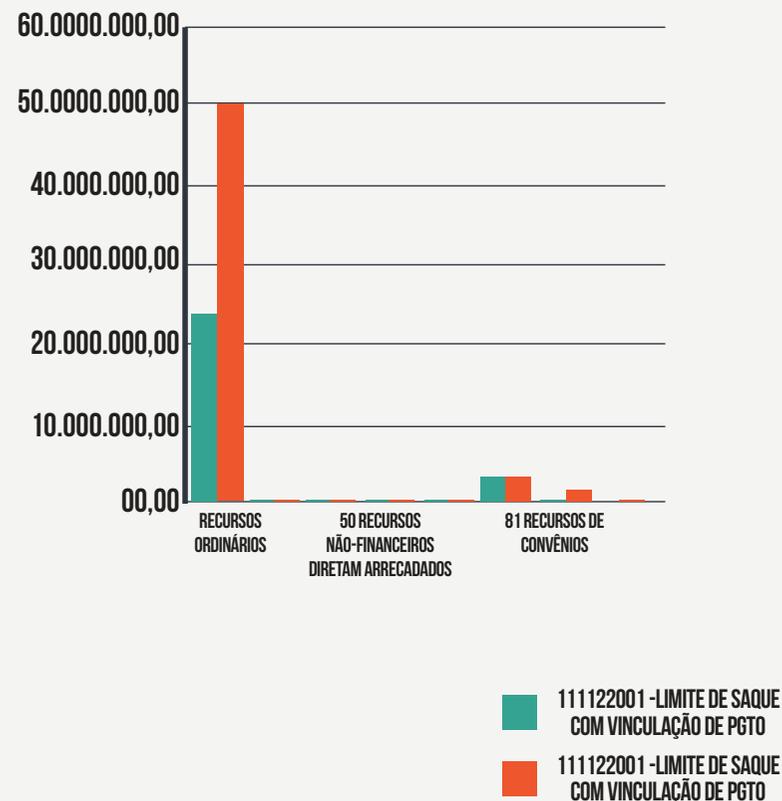
Fonte: SIAFI 2017/2018

Conforme detalhamento no gráfico abaixo a conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS é a mais representativa em Dez/18 e corresponde a 99% dos recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa.

Conta Única - composição



Portanto, o Caixa e Equivalente de Caixa é composto essencialmente pela conta de Limite de Saque, que compõe a disponibilidade por fonte de recursos, sendo majoritária a fonte recursos ordinários com 86%, do total das fontes de recursos, conforme o gráfico a seguir:



NOTA 2 – DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER

Demais Créditos a Receber a Curto Prazo

Os demais créditos a receber a curto prazo estão assim distribuídos:

1. Salários e Ordenados – Adiantamento
2. Crédito a Receber por Cessão de Áreas Públicas

EM MILHARES (R\$)			
TÍTULOS	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Demais créditos a receber a curto prazo	127		100,00
Total	127		100,00

Fonte: SIAFI 2017/2018

Demais Créditos a Receber a Longo Prazo – Composição

EM MILHARES (R\$)			
TÍTULOS	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Demais créditos a receber a longo prazo	517	499	3,65
Total	517	499	3,65

Fonte: SIAFI 2017/2018

Os demais créditos a receber a longo prazo correspondem aos Adiantamentos de Contribuições futuras – FUNPRESP e a variação de 3,65%, em relação a 2017, foi ocasionado pela atualização monetária com base no índice IPCA.

Demais Créditos e Valores LP

EM MILHARES (R\$)			
	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Créditos a receber decorrentes de infrações -lg pz	5		5
Créditos por infrações legal/contratual		7	-7
Adiantamento de contrib futuras - Funpresp	515	495	20
Total Demais Créditos e Valores Longo Prazo	520	502	18
Ajustes para Perdas	-3	-3	
Total Líquido Demais Créditos e Valores Longo Prazo	517	499	18

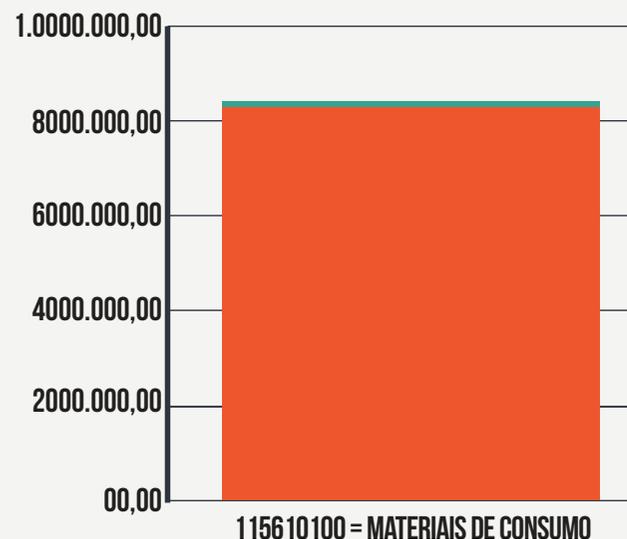
Fonte: SIAFI 2017/2018

Importante destacar neste item a redução total dos valores relativos a Créditos por infrações legal/contratual (R\$ 7 mil) em 100% foi resultante de reclassificação realizada pela STN, devido a duplicidade de contas. Já a variação (R\$ 20 mil) nos Adiantamentos de Contribuições futuras – FUNPRESP, em relação a 2017, foi ocasionada pela atualização monetária pelo IPCA.

NOTA 3 – ESTOQUES

O item Estoques compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e o saldo de R\$ 840 mil deste item corresponde a 2,96% do montante de R\$ 28.437 milhões do Ativo Circulante.

Na Justiça do Trabalho, os estoques estão representados pelo almoxarifado, que compreende o valor dos materiais destinados ao consumo interno das unidades. Foram adquiridos materiais de consumo no valor de R\$ 402 mil e dispensados para os diversos setores R\$ 462 mil.



■ DEZ/2018
SALDO R\$ (CONTA CONTÁBIL)

■ DEZ/2017
SALDO R\$ (CONTA CONTÁBIL)

NOTA 4 – IMOBILIZADO

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Bens Móveis

	Dez/17	Dez/18	AH(%)	Saldo Líquido	
Custo	56.621	68.838	21,58	41.279	Dez/18
(-) Depreciação	-23.405	-27.559	17,75	33.215	Dez/17
				24,28	AH(%)

EM MILHARES (R\$)

Fonte: SIAFI

Depreciação Acumulada – Por conta referenciada

Bens móveis	Valor Resid.	Vida Útil	2018			2017	
			Custo	Deprec. Ac.	Saldo Líq.	Custo	Deprec. Ac.
Aparelhos de medição e orientação	10%	15	96.559	-41	96	107	-40
Aparelhos e equipamentos de comunicação	20%	10	512	-248	264	512	-237
Equipam./utensílios médicos, odontológicos, lab e hospitalares	20%	15	85	-32	53	86	-27
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10%	10	1.006	-233	773	850	-163
Máquinas e equipamentos industriais	10%	20	1		1		
Maquinas e equipamentos energéticos	10%	10	7.142	-1.521	5.621	4.129	-1.068
Maquinas e equipamentos gráficos	10%	15				3	-2
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10%	10	1	-1		1	-1
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10%	10	73.194	-30.392	42	62	-24
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	10%	10	932	-745	187	940	-745
Equip. de TI e comunicação/tic	10%	5	28.629	-13.647	14.982	23.449	-12.087
Aparelhos e utensílios domésticos	10%	10	7.020	-1.478	5.542	3.031	-1.389
Maquinas e utensílios de escritório	10%	10	31	-12	1	39	-15
Mobiliário em geral	10%	10	12.482	-5.671	6.811	10.763	-5.377
Instrumentos musicais e artísticos	10%	20	8	-1	7	8	
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10%	10	1.352	666	-686	1.329	-610
Obras de arte e peças para exposição	-	-	17		17	13	
Veículos em geral	10%	15	12	-5	7	13	-4
Veículos de tração mecânica	10%	15	6.613	-3.216	3.397	6.548	-1.595
Pecas não incorporáveis a imóveis	10%	10	7	-5	2	28	-11
Total			68.838	27.559	41.279	56.621	23.405

EM MILHARES (R\$)

Fonte: SIAFI 2017/2018

Os bens móveis são registrados no SIAFI e no SCMP. Este controle abrange os bens próprios da unidade e os bens de terceiros que estão sob a sua guarda e uso..

Bens Imóveis

	Dez/17	Dez/18	AH(%)	Saldo Líquido	
Custo	183.753	192.453	4,73	188.244	Dez/18
(-) Depreciação	2.137	4.209	96,94	181.616	Dez/17
				3,65	AH(%)

EM MILHARES (R\$)

Fonte: SIAFI 2017/2018

Bens Imóveis – Composição

TÍTULOS	Dez/2017	Valorização (desvalorização)	Transf Spiunet	Dez/2018	Deprec. Ac.	Saldo Contábil Líquido
Imóveis residenciais/comerciais	1.144			1.144	26	1.118
Edifícios	150.759	-4.521	32.957	179.195	4.149	175.046
Terrenos/glebas	1.496			1.496	34	1.462
Obras em andamento	30.354			10.618		10.618
Total	183.753			192.453	4.209	188.244

EM MILHARES (R\$)

Fonte: SIAFI 2017/2018

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP).

Conciliação de Imóveis

Esta Unidade Gestora vem realizando a conciliação dos Bens Imóveis de Uso especial registrados, verificando se os valores registrados no SPIUnet estão compatíveis com os valores registrados no SIAFI. Foi constatada a compatibilidade entre os sistemas SPIUnet e Sistema SIAFI.

Percentuais de depreciação e valor residual de bens móveis

Conta contábil	Vida útil (anos)	Valor residual
12311.01.01 Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
12311.01.02 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
12311.01.03 Equipam./Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	15	20%
12311.01.05 Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
12311.01.05 Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07 Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
12311.01.08 Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
12311.01.09 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
12311.01.12 Equipamentos, Peças e Acessórios p/Automóveis	5	10%
12311.01.21 Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
12311.01.25 Máquinas, utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
12311.02.01 Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
12311.03.01 Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
12311.03.02 Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
12311.03.03 Mobiliário em Geral	10	10%
12311.04.04 Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
12311.04.05 Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
12311.04.06 Obras de Arte e Pecas para Exposição	-	-
12311.05.01 Veículos em Geral	15	10%
12311.05.03 Veículos de Tração Mecânica	15	10%
12311.99.09 Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Fonte: SIAFI 2017/2018

NOTA 5 – INTANGÍVEL

EM MILHARES (R\$)					
	Dez/17	Dez/18	AH(%)	Total	
Custo	4.719	4.844	2,64	4.844	Dez/18
				2.137	Dez/17
					AH(%)

Fonte: SIAFI 2017/2018

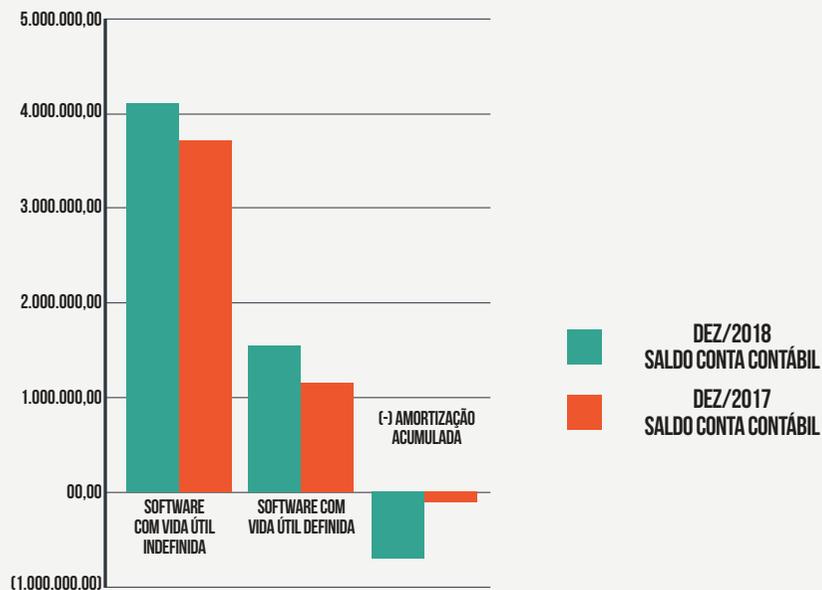
A tabela a seguir apresenta levantamento dos sistemas informatizados no âmbito da estrutura administrativa deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Softwares

EM MILHARES (R\$)					
Estrutura organizacional	Quantidade de Sistemas	Vida útil estimada	Dez/17	Adições (Baixas)	Dez/18
SETIN	10	D	1.086	-	1.470
SETIN	40	I	3.712	-	4.056
Total			4.798	-	5.526

Fonte: SIAFI 2017/2018

Esses ativos foram mensurados pelo custo de desenvolvimento, representado pelo valor do contrato executado de desenvolvimento e respectivos aditivos.



NOTA 6 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto e Longo Prazos – compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar – Composição

EM MILHARES (R\$)				
	31/12/18	31/12/17	AH	AV
Curto Prazo	85.457	137.021	-37,63%	95,50%
Longo Prazo	4.028	4.028	0,00%	4,50%
Total	89.486	141.050	-36,56	100,00%

Fonte: SIAFI 2017/2018

O saldo de R\$ 85 milhões das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, corresponde a 80,99% do montante de R\$ 105 milhões do Passivo Circulante.

Em relação as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo R\$ 4 milhões correspondem a 3,82% do Passivo Não Circulante.

Como se observa na tabela acima, a maior parcela das obrigações, ou seja, 95,50%, está concentrada nas obrigações a curto prazo.

Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar – Curto Prazo

EM MILHARES (R\$)			
	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Salários, remunerações e benefícios	4.680	4.747	-1,40
Férias a pagar	2.794		100,00
Precatórios de pessoal	16.482	75.908	-78,29
Obrigações trabalhistas a pagar	51.559	50.370	2,36
PSSS-contrib./vencimentos e vantagens -intra	1.448	1.448	
Outros encargos sociais - INTRA OFSS	8.494	4.548	86,77
Total	85.457	137.021	-37,63

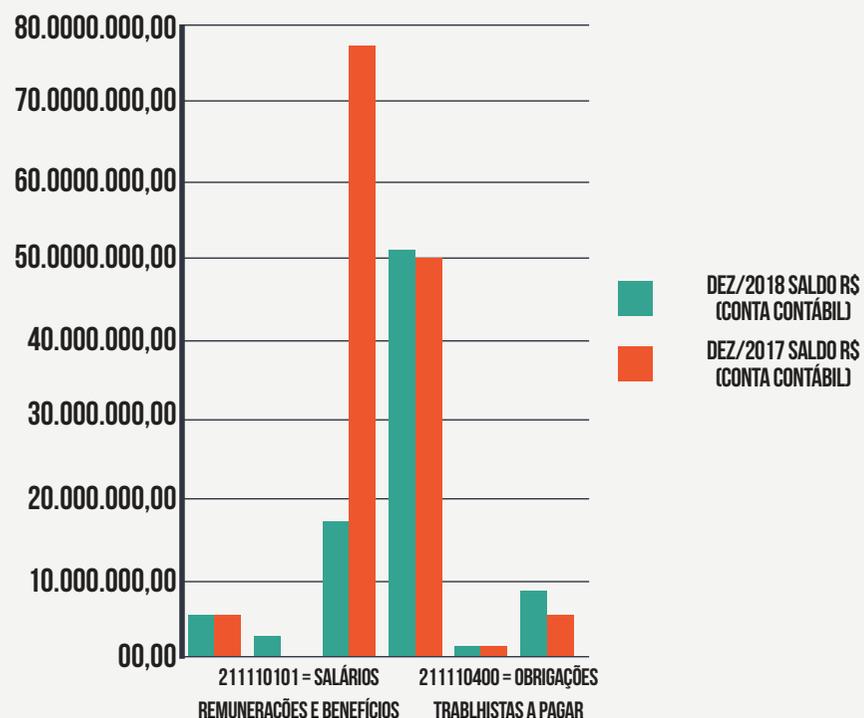
Fonte: SIAFI 2017/2018

A tabela de contas em análise apresenta variação geral negativa de 37,63%, que corresponde a R\$ 51,5 milhões.

A variação mais relevante verificada no período ocorreu na conta de férias a pagar, na ordem de R\$ 2,7 milhões, 100%. Esta variação é justificada em razão das mudanças implementadas na Rotina Contábil de Folha de Pagamento através da Macrofunção 02.11.42 e Mensagem SEOFI/CSJT nº 035/2018.

Em termos de representatividade, em relação ao total deste item, destacam-se as obrigações trabalhistas a pagar, que representam 60,33% do total.

Verifica-se uma significativa variação negativa de 78,29% na conta precatórios de pessoal, decorrente de pagamentos e ajustes realizados pela Setorial Contábil (2018NL000017).



Do montante de R\$ 85,457 milhões das Obrigações a Curto Prazo, 60,33% (R\$ 51,558 milhões) referem-se a passivos de pessoal regulamentado através da Resolução CSJT nº 137/2014, a qual estabelece critérios para o

reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamento de despesas de exercícios anteriores - passivos - a magistrados e servidores no âmbito do Judiciário do Trabalho de 1º e 2º graus.

Compõe os passivos relativos a reconhecimento de dívidas com pessoal, basicamente as rubricas seguir: Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, Adicional por Tempo de Serviço – ATS, Diferença de Subsídios, Abono Permanente a Servidor, Diferença de Gratificação, Outros Passivos, Plano de Carreira, etc.

Passivos por categoria

	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Juiz classista	1.032		100,00
Magistrados	5.737	13.258	-56,73
Servidores	44.789	37.112	20,68
Total	51.558	50.370	2,35

Fonte: SIAFI 2017/2018

Obrigações Trabalhistas a Pagar – Longo Prazo

O saldo deste tópico represente o valor de R\$4,028 milhões, refere-se a passivo de pessoal.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor.

A UPC apresentou saldo de Provisões a Curto Prazo no valor de R\$ 19,8 milhões. Não foi constatado saldo na conta de Provisões a Longo Prazo.

NOTA 7 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

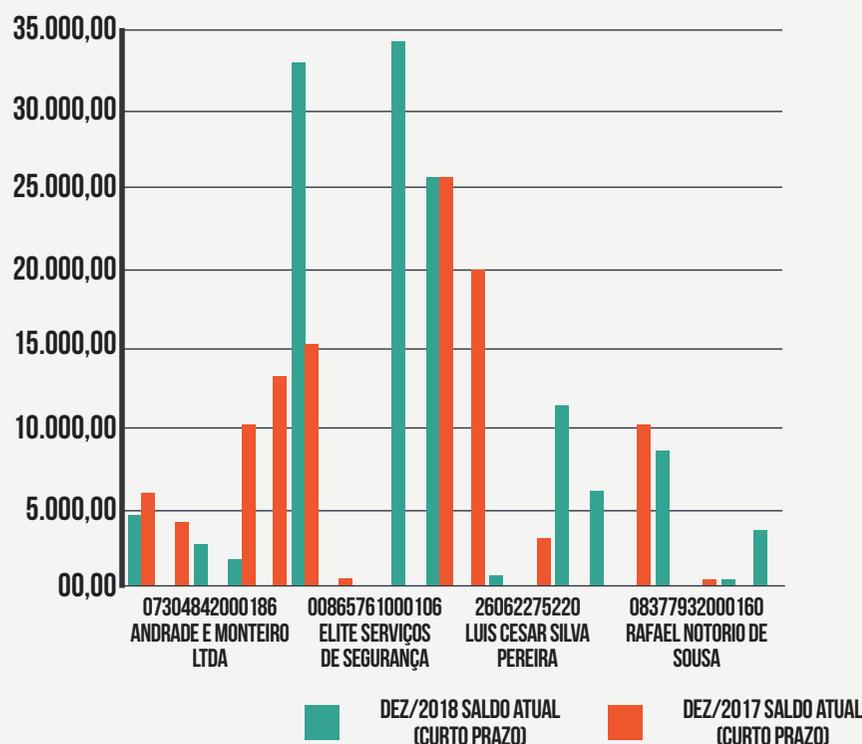
O item Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores

EM MILHARES (R\$)			
	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Fornecedores	131	107	22,09
Total	131	107	22,09

Fonte: SIAFI 2017/2018

Apesar do valor deste item R\$ 131 mil superar em 22% o montante verificado no exercício anterior, a UPC emvidou todos os esforços no sentido de liquidar os fornecedores até o final do exercício 2018, considerando os efeitos da Emenda Constitucional nº 95/2016 e que os restos a pagar concorrem com a execução financeira do exercício seguinte.



NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A tabela a seguir evidencia as variações dos elementos do patrimônio líquido ao longo do exercício e permite demonstrar a sua evolução no exercício de 2018.

EM MILHARES (R\$)

	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Resultado do Exercício	44.311	668	6525,10
Resultados de Exercícios Anteriores	114.700	107.117	7,08
Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.223	6.914	-175,55
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	153.788	114.700	34,08

Fonte: SIAFI 2017/2018

Ajustes de exercícios anteriores

Conforme evidenciado na tabela abaixo, durante o exercício de 2018 foram feitos lançamentos a conta de ajustes de exercícios anteriores da ordem de R\$5,223 milhões, sendo os mais representativos o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores e passivos de pessoal.

Histórico resumido dos ajustes	2018
Saldo do exercício anterior	5.162
Passivos serviços extraordinários	1.161
Ajustes STN (2018NS000463)	-6.914
Gratificação por exercícios Cumulativo de Jurisdição	345
Prestação de Assistência Médica	711
Serviços de Publicidade	312
Aquisição de equipamentos	132
Ajustes na conta patrimonial	207
Demais ajustes (pessoal)	4.107
Total ajustes de exercício anteriores	5.223

Fonte: SIAFI 2017/2018

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Resultado Patrimonial

Em 2018 o resultado foi um superávit patrimonial de R\$ 44 milhões, verificando-se um aumento em torno de 6525% em relação ao resultado de 2017, cujo superávit foi de R\$ 668 mil.

Os itens que merecem destaque na parte das VPA's foram as transferências e delegações recebidas, com um aumento de R\$ 37 milhões e outras variações patrimoniais aumentativas com aumento de R\$ 1 milhão, este motivado pela restituição de precatórios de pessoal.

Pelo lado das VPD's tivemos uma redução de R\$ 22 milhões nas transferências delegadas concedidas e nas despesas com pessoal e encargos uma redução de R\$ 13 milhões.

NOTA 9 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Da parte das transferências financeiras recebidas elas são fruto da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar e varia de um ano para outro de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira. Da parte das movimentações de saldos e variações patrimoniais tratam de rotinas transversais no SIAFI de transferências de valores entre unidades que compõem a administração pública federal.

Transferências e Delegações Recebidas

	EM MILHARES (R\$)		
	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Transferências Intragovernamentais	680.023	642.776	5,79
Transferências Intergovernamentais	4.368	4.223	4,85
Total	684.391	646.999	5,78

Fonte: SIAFI 2017/2018

Com relação as transferências e delegações concedidas, as transferências financeiras e patrimoniais seguem a explicação já dada no item anterior.

Transferências e Delegações Concedidas

	EM MILHARES (R\$)		
	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Transferências Intragovernamentais	29.149	51.571	-43,48
Outras Transferências e Delegações Concedidas	756	867	-12,76
Total	29.905	52.438	-42,97

Fonte: SIAFI 2017/2018

NOTA 10 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

	EM MILHARES (R\$)		
	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Reavaliação de Ativos		41.153	-100,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	41.108	2.736	1402,72
Ganhos com Desincorporação de Passivos	113		100,00
Total	41.221	43.889	-6,08

Fonte: SIAFI 2017/2018

Verifica-se um aumento no item Ganhos com incorporação de ativos 1402%, ocasionado pela incorporação de equipamentos originados da conclusão das obras relativas aos Fóruns Trabalhistas de Macapá e Edifício sede em Belém.

NOTA 11 – PESSOAL E ENCARGOS

	EM MILHARES (R\$)		
	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Remuneração a Pessoal	315.514	329.961	-4,38
Encargos Patronais	52.611	51.175	2,81
Benefícios a Pessoal	16.971	17.008	-0,22
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	19	19	0,96
Total	385.115	398.163	-3,28

Fonte: SIAFI 2017/2018

Em 2018, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais apresentaram saldos totais de R\$ 315,5 milhões e R\$ 52,6 milhões, respectivamente. Essas VPD's apresentaram em 2017 os seguintes saldos totais: R\$ 329,9 milhões para VPD de Pessoal; R\$ 51,1 milhões para VPD de Encargos Patronais. Em percentuais, houve a redução de 4,38% para VPD's de Pessoal e um aumento de 2,81% para VPDs de Encargos Patronais.

NOTA 12 – EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Neste item consta as despesas com consumo de materiais de almoxarifado pelas unidades, as diárias e passagens, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, depreciação e amortização, conforme detalhamento na tabela abaixo.

	EM MILHARES (R\$)		
	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Uso de Material de Consumo	1.954	1.610	21,33
Serviços	48.495	42.974	12,85
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.660	7.008	37,84
Total	60.109	51.592	16,51

Fonte: SIAFI 2017/2018

NOTA 13 – RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial é confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2018 o resultado foi um superávit patrimonial de R\$ 44 milhões, verificando-se um aumento em torno de 6525% em relação ao resultado de 2017, cujo superávit foi de R\$ 668 mil.

Os itens que merecem destaque na parte das VPA's foram as transferências e delegações recebidas, com um aumento de R\$ 37 milhões e outras variações patrimoniais aumentativas com aumento de R\$ 1 milhão, este motivado pela restituição de precatórios de pessoal.

Pelo lado das VPD's tivemos uma redução de R\$ 22 milhões nas transferências delegadas concedidas e nas despesas com pessoal e encargos uma redução de R\$ 13 milhões.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por: Quadro Principal – Execução de Créditos do Exercício; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O TRT da 8ª Região é unidade orçamentária integrante do Orçamento da União, e as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à Unidade Orçamentária - UO 15109, não refletindo desta forma a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

NOTA 14 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

As receitas próprias arrecadadas pela Unidade Orçamentária em 2018, em comparação com as de 2017, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

EM REAIS (R\$)				
Receitas Arrecadadas	2018	2017	Variação	AV
Receitas Correntes	4.560.524	4.413.479	3,33%	100%
Receitas de Capital	-	-		
Total	4.560.524	4.413.479	3,33%	100%

Fonte: SIAFI 2017/2018 – Unidade Orçamentária:15109

As Receitas Correntes correspondem à totalidade das receitas próprias arrecadadas em 2018 e apresentaram uma variação positiva de 3,33% em relação à 2017, representando um acréscimo de R\$ 147 mil, cuja composição está discriminada na tabela a seguir:

Receitas Correntes 2018 – Composição e Comparação:

EM REAIS (R\$)				
Receitas Correntes	2018	2017	Variação	AV
Receita Patrimonial	172.631	197.132	-12,43%	3,8%
Receita de Serviços	55	38	42,89%	0%
Transferências Correntes	4.368.637	4.166.472	4,85%	95,8%
Outras Receitas Correntes	19.200	49.835	-61,47%	0,4%
Total	4.560.524	4.413.479	3,33%	100%

Fonte: SIAFI 2017/2018 – Unidade Orçamentária:15109

Dentre as Receitas Correntes de arrecadação própria mais relevantes, têm-se as Transferências Correntes correspondendo à 95,8% do total das receitas, que se referem às remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios com bancos oficiais – Fonte de Recursos 181 – Recursos de Convênio; e a Receita Patrimonial com 3,8% do total arrecadado, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivados dos Termos de Cessão de Uso Onerosa – Fonte de Recursos 150.

NOTA 15 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

De acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/64, considera-se executada, no exercício financeiro, as despesas legalmente empenhadas. Do total de R\$ 612 milhões de despesas empenhadas em 2018, R\$ 528 milhões, ou seja, 86% foram comprometidos com despesas de pessoal e encargos sociais; R\$ 77 milhões, ou 13%, com outras despesas correntes; e apenas R\$ 6,8 milhões, ou 1%, foram destinados a investimentos.

Ao comparar a totalidade as despesas executadas no exercício de 2018 com as despesas de 2017, verifica-se que houve um acréscimo de apenas 0,39%, que podem ser melhor visualizados na tabela e gráfico a seguir e que serão abordados mais adiante.

EM REAIS (R\$)				
Despesas Empenhadas	2018	2017	Variação	
Pessoal e Encargos Sociais – 86%	528.018.370	504.621.811	4,64%	
Outras Despesas Correntes – 13%	77.384.060	66.471.269	16,42%	
Investimentos – 1%	6.862.888	38.773.350	-82,30%	
Total das Despesas	612.265.318	609.866.430	0,39%	

Fonte: SIAFI 2017/2018 – Unidade Orçamentária:15109

Pessoal e Encargos Sociais 2018 – Composição e Comparação

O total das despesas de pessoal passou de R\$ 504 milhões em 2017 para R\$ 528 milhões em 2018, correspondendo um acréscimo de 4,64%. A maior parte desse aumento se deu em razão do reajuste salarial das carreiras do poder judiciário, o qual foi concedido pela Lei nº 13.317/2016. Já em relação à composição dessa despesa, apresenta-se a tabela a seguir:

EM REAIS (R\$)			
Pessoal e Encargos Sociais	2018	2017	Variação
Vencimento e Vantagens Fixas – 59%	312.920.994	299.696.849	4,41%
Aposentadorias – 25%	128.999.274	122.286.040	5,49%
Pensões – 6%	33.476.664	31.141.012	7,50%
Obrigações Patronais – 10%	52.621.437	51.497.908	2,18%
Total com pessoal	528.018.370	504.621.811	4,64%

Fonte: SIAFI 2017/2018 – Unidade Orçamentária:15109

Outras Despesas Correntes

O segundo grupo de despesas mais relevante é denominado “Outras Despesas Correntes”, o qual montou a quantia de R\$ 77,3 milhões no exercício de 2018 e teve um crescimento de 16,42% em relação à 2017, evidenciando uma evolução no empenho de despesas da ordem de R\$ 10,9 milhões, sendo seus elementos mais significativos relacionados a seguir:

EM REAIS (R\$)			
Outras Despesas Correntes	2018	2017	Variação
Serviços de Terceiros PJ - 40%	31.325.819	19.971.004	56,86%
Auxílio Alimentação - 20%	15.237.016	15.293.181	-0,37%
Locação de Mão de Obra - 15%	11.632.375	11.494.265	1,20%
Auxílio Moradia para Magistrados - 7%	5.794.509	5.891.403	-1,64%
Despesas de Exercícios Anteriores - 4%	2.829.709	3.431.125	-17,53%
Prestação de Serviços de PF - 3%	2.391.159	2.713.804	-11,89%
Demais despesas de custeio - 11%	8.173.470	7.676.484	6,47%
Total com pessoal	77.384.060	66.471.269	16,42%

Fonte: SIAFI 2017/2018 – Unidade Orçamentária:15109

Despesas de Capital – Investimentos

As despesas com investimentos foram substancialmente reduzidas em 2018, passando de R\$ 38,7 milhões em 2017 para R\$ 6,86 milhões em 2018. Essa redução de R\$ 31,84 milhões corresponde a uma contração de 82,30%. Dentre os principais fatores que contribuíram para essa retração foi a conclusão do novo Fórum Trabalhista da 8ª região que passou a abrigar todas as 19 Varas do Trabalho em Belém; bem como a Emenda Constitucional nº 95/2016 que limitou o teto dos gastos públicos.

EM REAIS (R\$)

Despesa de Capital - Investimentos	2018	2017	Variação
Equipamentos e Materiais Permanentes - 59%	4.042.237	12.247.291	-66,99%
Obras e Instalações - 28%	1.912.307	23.621.038	-91,90%
Locação de Mão de Obra - 5%	371.929	371.851	0,02%
Serviços de Tecnologia da Informação - 5%	342.453	2.533.168	-86,48%
Despesas de Exercícios Anteriores - 3%	193.960	-	-
Total com pessoal	6.862.888	38.773.350	-82,30%

Fonte: SIAFI 2017/2018 – Unidade Orçamentária:15109

NOTA 16 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo Art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Ao final do período sob análise, as receitas realizadas montaram a quantia de R\$ 4,5 milhões, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 612 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 606,5 milhões no período. Esse déficit ocorre, pois a unidade orçamentária da JT da 8ª Região não é um órgão prioritariamente arrecadador, mas executa despesas orçamentárias para a prestação de serviços públicos.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso.

NOTA 17 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – ORDINÁRIAS E VINCULADAS

Em 2018 os recursos derivados da Lei Orçamentária Anual – LOA - foram transferidos da UG 080017 – Setorial da Justiça do Trabalho - por meio de Sub-Repasse, tendo seu saldo demonstrado em Transferências Financeiras Recebidas.

NOTA 18 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

O Sub-Repasse Recebido resultante da execução orçamentária em 2018, no valor de R\$ 626,6 milhões, refere-se aos recursos derivados da LOA e teve a seguinte composição, por fonte de recursos:

Fonte SOF	Descrição da Fonte	Valor (R\$)
0100	Recursos Ordinários	516.534.797
0127	Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	5.234.594
0156	Contribuição p/ Plano de Seguridade Social Servidor	44.044.983
0169	Contribuição Patronal p/ Plano de Seguridade Social	54.190.551
6100	Pessoal Precatórios Descentralizados	4.170.392
8100	Pessoal Precatórios Descentralizados	2.483.593
Total		626.658.910

Além do sub-repasse financeiro acima decorrente da execução orçamentária, esta unidade também recebeu, em 2018, Transferências para Pagamento de Restos a pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 13,5 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

NOTA 19— GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. No Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em 2018, este valor foi deficitário em R\$ 27,4 milhões o que corresponde a uma redução de 189% em comparação com o valor de 2017 que foi um superávit de R\$ 30,6 milhões, portanto, uma redução no período em análise da ordem R\$ 58,1 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	Dez/18	Dez/17	AH(%)
Atividades Operacionais	-162	64.522	-100,25
Atividades de Investimentos	-27.310	-33.826	-19,27
Total	-27.472	30.696	189,50

EM MILHARES (R\$)

Fonte: SIAFI 2017/2018

Na análise do fluxo das atividades operacionais verifica-se que ele teve um resultado negativo no exercício de 2018 em comparação com 2017. Ocorre uma redução de R\$ 64,6 milhões, principalmente pelo aumento dos desembolsos de pessoal e demais despesas que em 2017 foi de R\$ 531 milhões, aumentando em 2018 para R\$ 593 milhões.

Pode-se observar que, no fluxo das atividades de investimentos, teve-se o maior déficit no resultado, ele varia de um resultado negativo em 2017 de R\$ 33,8 milhões para o montante de R\$ 27,3 milhões negativos em 2018, o que corresponde um fluxo negativo em valores absolutos de R\$ 6,5 milhões.